

No. 57305*

**Argentina
and
Brazil**

Agreement for the extension of the international concession contract for the Santo Tomé - São Borja international bridge and related infrastructures between the Argentine Republic and the Federative Republic of Brazil. Rio de Janeiro, 19 July 2021

Entry into force: *19 July 2021 by signature, in accordance with article V(1)*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Argentina, 28 June 2022*

**No UNTS volume number has yet been determined for this record. The Text(s) reproduced below, if attached, are the authentic texts of the agreement /action attachment as submitted for registration and publication to the Secretariat. For ease of reference they were sequentially paginated. Translations, if attached, are not final and are provided for information only.*

**Argentine
et
Brésil**

Accord de prolongation du contrat international de concession du pont international Santo Tomé - São Borja et des infrastructures connexes entre la République argentine et la République fédérative du Brésil. Rio de Janeiro, 19 juillet 2021

Entrée en vigueur : *19 juillet 2021 par signature, conformément au paragraphe 1 de l'article V*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat de l'Organisation des Nations Unies : *Argentine,
28 juin 2022*

**Aucun numéro de volume n'a encore été attribué à ce dossier. Les textes disponibles qui sont reproduits ci-dessous sont les textes originaux de l'accord ou de l'action tels que soumis pour enregistrement. Par souci de clarté, leurs pages ont été numérotées. Les traductions qui accompagnent ces textes ne sont pas définitives et sont fournies uniquement à titre d'information.*

[TEXT IN PORTUGUESE – TEXTE EN PORTUGAIS]

**ACORDO PARA A PRORROGAÇÃO
DO CONTRATO INTERNACIONAL DE CONCESSÃO
DA PONTE INTERNACIONAL SANTO TOMÉ - SÃO BORJA
E INFRAESTRUTURAS CONEXAS
ENTRE
A REPÚBLICA ARGENTINA
E
A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

A República Argentina e a República Federativa do Brasil (doravante denominadas as “Partes”),

Considerando:

Que, em 12 de dezembro de 1995, o Presidente e o Secretário da Comissão Mista Argentino-Brasileira para a Ponte Internacional de Santo Tomé - São Borja (COMAB) assinaram o “Contrato Internacional de Concessão de Obra Pública”, em representação da República Argentina e da República Federativa do Brasil, homologado, na República Argentina, pelo Decreto Nº 383 de 09 de abril de 1996, e, na República Federativa do Brasil, pelo Decreto Nº 1.781, de 10 de janeiro de 1996, com o objeto de outorgar em concessão de obra pública, mediante sistema de pedágio, o projeto, construção, conservação, manutenção, operação e exploração da ligação rodoviária internacional entre as cidades de Santo Tomé (República Argentina) e São Borja (República Federativa do Brasil) ao Consórcio Impregilo-Iglys-Cigla-Convap (atual Mercovía S.A.);

Que o mencionado “Contrato Internacional de Concessão de Obra Pública” estabeleceu que o prazo de concessão seria de 25 (vinte e cinco) anos, contados a partir da zero hora do dia seguinte da entrega da área em concessão (cláusula 2.2);

Que os fatos de público e notório conhecimento relacionados à pandemia de "Covid-19" declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) dificultaram a realização pelas Partes de uma transição ordenada ao fim do prazo do "Contrato Internacional de Concessão de Obra Pública"; e

Que por este motivo, e em virtude de que o término do prazo do "Contrato Internacional de Concessão de Obra Pública" ocorre em 29 de agosto de 2021, as Partes consideram não haver outra medida mais adequada e eficiente do que a prorrogação urgente da concessão da Ponte Internacional Santo Tomé - São Borja de maneira excepcional, para garantir a continuidade do serviço de interesse público nos setores em que atualmente se prestam serviços no âmbito do contrato de concessão, possibilitando a continuidade e regularidade das operações de controle do fluxo de pessoas, mercadorias e meios de transporte no Centro Unificado de Fronteira Santo Tomé - São Borja e através da Ponte Internacional.

Acordam o seguinte:

Artigo I

As Partes instruem a Comissão Mista Argentino-Brasileira para a Ponte Internacional Santo Tomé - São Borja, criada pelo Acordo entre o Governo da Republica Argentina e o Governo da República Federativa do Brasil para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Uruguai, entre as Cidades de Santo Tomé e São Borja, celebrado em 22 de agosto de 1989, a celebrar um acordo de prorrogação pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, prorrogáveis mediante prévio acordo das Partes por período sucessivo de até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias adicionais, do atual "Contrato Internacional de Concessão de Obra Pública", assinado em 12 de dezembro de 1995, entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil, por meio da referida Comissão Mista Argentino-Brasileira, com o Consórcio Impregilo-Iglys-Cigla-Convap (atual Mercovía S.A.).

Artigo II

A prorrogação se efetuará com caráter precário e transitório e poderá ser revogada pela Comissão Mista Argentino-Brasileira para a Ponte Internacional Santo Tomé - São Borja em qualquer momento sem que isso gere direito subjetivo, direito em expectativa ou precedente invocável algum a favor do concessionário, de acordo com as condições a serem estabelecidas no instrumento de prorrogação de contrato.

Artigo III

O instrumento de prorrogação dependerá de homologação das Partes, segundo os respectivos ordenamentos domésticos.

Artigo IV

As Partes instruem a Comissão Mista Argentino-Brasileira para a Ponte Internacional Santo Tomé - São Borja, em coordenação com os diferentes organismos técnicos que operam no Centro Unificado de Fronteira Santo Tomé - São Borja (CUF) e na Ponte Internacional Santo Tomé - São Borja, a, durante o prazo de vigência da prorrogação, elaborar e propor as estratégias e procedimentos para a continuidade do desenvolvimento das atividades no mencionado CUF e Ponte Internacional Santo Tomé - São Borja, para o período posterior à referida prorrogação, em linha com as atribuições da Comissão Mista Argentino-Brasileira já definidas no Acordo entre o Governo da Republica Argentina e o Governo da República Federativa do Brasil para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Uruguai, entre as Cidades de Santo Tomé e São Borja, celebrado em 22 de agosto de 1989 e no Protocolo Adicional ao Convênio de Construção da Ponte sobre o Rio Uruguai, entre as Cidades de Santo Tomé e São Borja, celebrado em 6 de julho de 1990.

Artigo V

1. O presente Acordo entrará em vigor na data de sua assinatura.
2. Qualquer das Partes poderá notificar a outra, por via diplomática, sua intenção de denunciar o presente Acordo. A denúncia surtirá efeito na data de recebimento da notificação pela outra Parte.

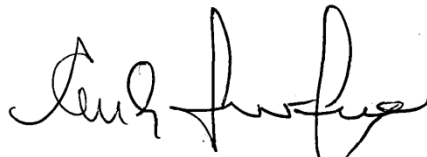
Feito no Rio de Janeiro, em 19 de julho de 2021, em dois exemplares originais nos idiomas espanhol e português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pela República Argentina



Felipe Carlos Solá
Ministro das Relações
Exteriores, Comércio
Internacional e Culto

Pela República Federativa do
Brasil



Carlos Alberto Franco França
Ministro de Estado das
Relações Exteriores

[TEXT IN SPANISH – TEXTE EN ESPAGNOL]

**ACUERDO DE PRÓRROGA
DEL CONTRATO INTERNACIONAL DE CONCESIÓN
DEL PUENTE INTERNACIONAL SANTO TOMÉ - SÃO BORJA
E INFRAESTRUCTURAS CONEXAS
ENTRE
LA REPÚBLICA ARGENTINA
Y
LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL**

La República Argentina y la República Federativa del Brasil (en adelante, las "Partes"),

Considerando:

Que, el 12 de diciembre de 1995, el Presidente y el Secretario de la Comisión Mixta Argentino-Brasileña para el Puente Internacional Santo Tomé - São Borja (COMAB) firmaron el "Contrato Internacional de Concesión de Obra Pública" en representación de la República Argentina y de la República Federativa del Brasil, que fue aprobado en la República Argentina por el Decreto N° 383 del 9 de abril de 1996 y en la República Federativa del Brasil por el Decreto N° 1.781 del 10 de enero de 1996, con el objeto de otorgar en concesión de obra pública, a través de un sistema de peaje, el diseño, la construcción, la conservación, el mantenimiento, la operación y la explotación del enlace vial internacional entre las ciudades de Santo Tomé (República Argentina) y São Borja (República Federativa del Brasil) al Consorcio Impregilo-Iglys-Cigla-Convap (actualmente Mercovía S.A.);

Que el mencionado "Contrato Internacional de Concesión de Obra Pública" estableció que el plazo de concesión sería de 25 (veinticinco) años contados a partir de las cero horas del día siguiente a la entrega del área en concesión (cláusula 2.2);

Que los hechos de público y notorio conocimiento relacionados con la pandemia de "Covid-19" declarada por la Organización Mundial de la Salud (OMS) han dificultado que las Partes pudieran realizar una transición ordenada al vencimiento del plazo del "Contrato Internacional de Concesión de Obra Pública"; y

Que por tal motivo, y teniendo en cuenta que el vencimiento del plazo del "Contrato Internacional de Concesión de Obra Pública" opera el 29 de agosto de 2021, las Partes consideran que no hay otra medida más idónea y eficiente que la prórroga urgente de la concesión del Puente Internacional Santo Tomé - São Borja de forma excepcional, para garantizar la continuidad del servicio de interés público en los sectores en los que actualmente se prestan servicios en el marco del contrato de concesión, y permitir así la continuidad y regularidad de las operaciones de control de flujo de personas, mercaderías y medios de transporte en el Centro Unificado de Frontera Santo Tomé - São Borja a través del Puente Internacional.

Acuerdan lo siguiente:

Artículo I

Las Partes encomiendan a la Comisión Mixta Argentino-Brasileña para el Puente Internacional Santo Tomé - São Borja, creada por el Acuerdo entre el Gobierno de la República Argentina y el Gobierno de la República Federativa del Brasil para la Construcción de un Puente sobre el Río Uruguay, entre las Ciudades de Santo Tomé y São Borja, celebrado el 22 de agosto de 1989, celebrar un acuerdo de prórroga por un plazo de 365 (trescientos sesenta y cinco) días, prorrogable por acuerdo previo de las Partes por un período sucesivo de hasta 365 (trescientos sesenta y cinco) días adicionales, del actual "Contrato Internacional de Concesión de Obra Pública" celebrado el 12 de diciembre de 1995, entre la República Argentina y la República Federativa del Brasil, a través de la mencionada Comisión Mixta Argentino-Brasileña, y el Consorcio Impregilo-Iglys-Cigla-Convap (actualmente Mercovía S.A.).

Artículo II

La prórroga se efectuará con carácter precario y transitorio y podrá ser dejada sin efecto por la Comisión Mixta Argentino-Brasileña para el Puente Internacional Santo Tomé - São Borja en cualquier momento sin que se creen derechos subjetivos, derechos en expectativa ni ningún precedente que pueda ser invocado a favor del concesionario, de acuerdo con las condiciones que se establezcan en el instrumento de prórroga del contrato.

Artículo III

El instrumento de prórroga estará sujeto a la aprobación de las Partes, de acuerdo con sus respectivas normativas internas.

Artículo IV

Las Partes encomiendan a la Comisión Mixta Argentino-Brasileña para el Puente Internacional Santo Tomé - São Borja, en coordinación con los diferentes organismos técnicos que operan en el Centro Unificado de Frontera Santo Tomé - São Borja (CUF) y en el Puente Internacional Santo Tomé - São Borja y dentro del período de vigencia de la prórroga, elaborar y proponer las estrategias y los procedimientos para la continuidad del desarrollo de las actividades en el citado CUF y el Puente Internacional Santo Tomé - São Borja en el período posterior a dicha prórroga, en consonancia con las atribuciones de la Comisión Mixta Argentino-Brasileña ya definidas en el en el Acuerdo entre el Gobierno de la República Argentina y el Gobierno de la República Federativa del Brasil para la Construcción de un Puente sobre el Río Uruguay, entre las Ciudades de Santo Tomé y São Borja, celebrado el 22 de agosto de 1989 y en el Protocolo Adicional al Acuerdo para la Construcción de un Puente sobre el Río Uruguay, entre las Ciudades de Santo Tomé y São Borja, celebrado el 6 de julio de 1990.

Artículo V

1. El presente Acuerdo entrará en vigor en la fecha de su firma.
2. Cualquiera de las Partes podrá notificar a la otra, por la vía diplomática, su intención de denunciar el presente Acuerdo. La denuncia surtirá efectos desde la fecha de recepción de la notificación por la otra Parte.


Hecho en Río de Janeiro, el 19 de julio de 2021, en dos ejemplares originales en los idiomas español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

Por la República Argentina

**Por la República Federativa del
Brasil**



Felipe Carlos Solá
Ministro de Relaciones
Exteriores, Comercio
Internacional y Culto



Carlos Alberto Franco França
Ministro de Estado de las
Relaciones Exteriores

[TRANSLATION – TRADUCTION]

AGREEMENT FOR THE EXTENSION OF THE INTERNATIONAL CONCESSION CONTRACT FOR THE SANTO TOMÉ-SÃO BORJA INTERNATIONAL BRIDGE AND RELATED INFRASTRUCTURES BETWEEN THE ARGENTINE REPUBLIC AND THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

The Argentine Republic and the Federative Republic of Brazil, hereinafter referred to as “the Parties”,

Whereas:

On 12 December 1995, the President and the Secretary of the Argentine-Brazilian Joint Commission for the Santo Tomé-São Borja International Bridge (COMAB) signed the “International Public Works Concession Contract” on behalf of the Argentine Republic and the Federative Republic of Brazil, which was approved in the Argentine Republic by Decree No. 383 of 9 April 1996 and in the Federative Republic of Brazil by Decree No. 1.781 of 10 January 1996, with the purpose of granting a public works concession, through a toll system, for the design, construction, conservation, maintenance, operation and use of the international road link between the cities of Santo Tomé (Argentine Republic) and São Borja (Federative Republic of Brazil), to the Impregilo-Iglys-Cigla-Convap consortium (currently Mercovía S.A.);

The aforementioned “International Public Works Concession Contract” established that the concession term would be 25 (twenty-five) years, counted from zero hours from the day following the granting of the concession area (clause 2.2);

Well-known public facts related to the coronavirus disease (COVID-19) pandemic declared by the World Health Organization (WHO) have made it difficult for the Parties to carry out an orderly transition upon the expiry of the term of the “International Public Works Concession Contract”; and

Bearing in mind that the term of the “International Public Works Concession Contract” expires on 29 August 2021, the Parties therefore consider that there is no other more suitable and efficient measure than to urgently extend the concession for the Santo Tomé-São Borja international bridge on an exceptional basis, in order to ensure that the public interest continues to be served in the sectors where services are currently provided under the concession contract, and thus allow the continuity and regularity of operations for controlling the flow of people, goods and means of transport at the Santo Tomé-São Borja Unified Border Centre through the international bridge;

Have agreed as follows:

Article I

The Parties entrust the Argentine-Brazilian Joint Commission for the Santo Tomé-São Borja International Bridge, established by the Agreement between the Government of the Argentine Republic and the Government of the Federative Republic of Brazil for the construction of a bridge over the Uruguay River between the cities of Santo Tomé and São Borja, entered into on 22 August 1989, to enter into an agreement to extend for a term of 365 (three hundred and sixty five) days, extended by prior agreement of the Parties for a successive period of up to 365 (three

hundred and sixty-five) additional days, the current “International Public Works Concession Contract” entered into on 12 December 1995 between the Argentine Republic and the Federative Republic of Brazil, through the aforementioned Argentine-Brazilian Joint Commission, and the Impregilo-Iglys-Cigla-Convap consortium (currently Mercovia S. A.).

Article II

The extension shall be on a temporary and transitional basis and may be terminated by the Argentine-Brazilian Joint Commission for the Santo Tomé-São Borja International Bridge at any time without creating subjective rights, expectant rights or any precedent that may be invoked in favour of the concessionaire, in accordance with the conditions established in the contract extension instrument.

Article III

The instrument of extension shall be subject to the approval of the Parties, in accordance with their respective internal regulations.

Article IV

The Parties entrust the Argentine-Brazilian Joint Commission for the Santo Tomé-São Borja International Bridge, in coordination with the different technical bodies operating at the Santo Tomé-São Borja Unified Border Centre (CUF) and on the Santo Tomé-São Borja international bridge and within the period of validity of the extension, to elaborate and propose strategies and procedures for the continued development of activities at CUF and on the Santo Tomé-São Borja international bridge in the period following the extension, in accordance with the terms of reference of the Argentine-Brazilian Joint Commission previously defined in the Agreement between the Government of the Argentine Republic and the Government of the Federative Republic of Brazil for the construction of a bridge over the Uruguay River between the cities of Santo Tomé and São Borja, entered into on 22 August 1989, and in the Additional Protocol to the Agreement for the construction of a bridge over the Uruguay River between the cities of Santo Tomé and São Borja, entered into on 6 July 1990.

Article V

1. This Agreement shall enter into force on the date of its signature.
2. Either Party may notify the other Party, by the diplomatic channel, of its intention to denounce this Agreement. The denunciation shall take effect from the date of the receipt of the notification by the other Party.

DONE at Rio de Janeiro, on 19 July 2002 in duplicate, in the Spanish and Portuguese languages, both texts being equally authentic.

For the Argentine Republic:
FELIPE CARLOS SOLÁ

Minister for Foreign Affairs, International Trade and Worship

For the Federative Republic of Brazil:

CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA

State Minister for Foreign Affairs

[TRANSLATION – TRADUCTION]

ACCORD DE PROLONGATION DU CONTRAT INTERNATIONAL DE
CONCESSION DU PONT INTERNATIONAL SANTO TOMÉ - SÃO BORJA ET
DES INFRASTRUCTURES CONNEXES ENTRE LA RÉPUBLIQUE
ARGENTINE ET LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL

La République argentine et la République fédérative du Brésil, ci-après dénommées les « Parties »,

Considérant que :

Le 12 décembre 1995, le Président et le Secrétaire de la Commission mixte argentino-brésilienne pour le pont international Santo Tomé-São Borja (COMAB) ont signé, au nom de la République argentine et de la République fédérative du Brésil, le « contrat de concession de travaux publics internationaux », approuvé en République argentine par le décret no 383 du 9 avril 1996 et en République fédérative du Brésil par le décret no 1.781 du 10 janvier 1996, dans le but d'octroyer au consortium Impregilo-Iglys-Cigla-Convap (actuellement Mercovía S.A.) une concession de travaux publics, par l'intermédiaire d'un système de péage, pour la conception, la construction, la conservation, l'entretien, l'exploitation et l'utilisation de la liaison routière internationale entre les villes de Santo Tomé (République argentine) et de São Borja (République fédérative du Brésil) ;

Le « contrat de concession de travaux publics internationaux » susmentionné établit que la durée de la concession est de 25 ans, comptés à partir de zéro heure à compter du jour suivant l'octroi de la zone de concession (clause 2.2) ;

Des faits publics bien connus liés à la pandémie de coronavirus (COVID-19) déclarée par l'Organisation mondiale de la Santé (OMS) ont rendu difficile pour les Parties la mise en œuvre d'une transition ordonnée à l'expiration de la durée du « contrat de concession de travaux publics internationaux » ;

Compte tenu du fait que le « contrat de concession de travaux publics internationaux » expire le 29 août 2021, les Parties considèrent qu'il n'y a pas d'autre mesure plus appropriée et efficace que de prolonger d'urgence la concession du pont international Santo Tomé-São Borja à titre exceptionnel, afin de garantir que l'intérêt public continue d'être servi dans les secteurs où les services sont actuellement fournis dans le cadre du contrat de concession, et de permettre ainsi la continuité et la régularité des opérations de contrôle des flux de personnes, de marchandises et de moyens de transport au centre frontalier unifié Santo Tomé-São Borja à travers le pont international ;

Sont convenues de ce qui suit :

Article premier

Les Parties confient à la Commission mixte argentino-brésilienne du pont international Santo Tomé-São Borja, créée par l'Accord entre le Gouvernement de la République argentine et le Gouvernement de la République fédérative du Brésil relatif à la construction d'un pont sur le fleuve Uruguay entre les villes de Santo Tomé et São Borja, conclu le 22 août 1989, le soin de conclure un accord visant à proroger, pour une durée de 365 jours, prorogée par accord préalable

des Parties pour une période successive de 365 jours supplémentaires au maximum, l'actuel « contrat de concession de travaux publics internationaux » conclu le 12 décembre 1995 entre la République argentine et la République fédérative du Brésil, par l'intermédiaire de la Commission mixte argentino-brésilienne susmentionnée, et le consortium Impregilo-Iglys-Cigla-Convap (actuellement Mercovía S. A.).

Article II

La prorogation est temporaire et transitoire et peut être dénoncée par la Commission mixte argentino-brésilienne pour le pont international Santo Tomé - São Borja à tout moment sans créer de droits subjectifs, de droits en expectative ou tout autre précédent pouvant être invoqué en faveur du concessionnaire, conformément aux conditions établies dans l'instrument de prorogation de contrat.

Article III

L'instrument de prorogation est soumis à l'approbation des Parties, conformément à leurs réglementations internes respectives.

Article IV

Les Parties confient à la Commission mixte argentino-brésilienne pour le pont international Santo Tomé - São Borja, en coordination avec les différents organes techniques opérant au centre frontalier unifié Santo Tomé - São Borja Unified (CUF) et sur le pont international Santo Tomé - São Borja et dans les limites de la période de validité de la prolongation, la tâche d'élaborer et de proposer des stratégies et des procédures pour le développement continu des activités au CUF et sur le pont international Santo Tomé - São Borja sur la période suivant la prolongation, conformément au mandat de la Commission mixte argentino-brésilienne, telle qu'elle a été auparavant définie dans l'Accord entre le Gouvernement de la République argentine et le Gouvernement de la République fédérative du Brésil relatif à la construction d'un pont sur le fleuve Uruguay entre les villes de Santo Tomé et São Borja, conclu le 22 août 1989, et dans le Protocole additionnel à l'Accord relatif à la construction d'un pont sur le fleuve Uruguay entre les villes de Santo Tomé et São Borja, en date du 6 juillet 1990.

Article V

1. Le présent Accord entre en vigueur à la date de sa signature.
2. Chacune des Parties peut notifier par la voie diplomatique à l'autre Partie sa décision de dénoncer le présent Accord. La dénonciation prend effet à la date de réception de la notification par l'autre Partie.

FAIT à Rio de Janeiro le 19 juillet 2002 en double exemplaire, en langues espagnole et portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour la République argentine :

FELIPE CARLOS SOLÁ

Ministre des affaires étrangères, du commerce international et du culte

Pour la République fédérative du Brésil :

CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA

Ministre des affaires étrangères